

*O Brasil dos
trotskistas
(1930-1960)*

Rumo á IV
Internacional!

A Decomposição do Stalinismo
e da Social-Democracia e a
Recomposição do Movimento
Revolucionário Internacional.

O BRASIL DOS TROTSKISTAS (1930-1960)

RESUMO

Ao se falar numa esquerda marxista no Brasil, não se pode ignorar a presença dos trotskistas compondo um segmento dos mais críticos. Essa distinção, se não anula, em contrapartida, a ineficácia das suas organizações no interior do movimento dos trabalhadores, encerra uma profícua contribuição ao conhecimento da realidade social no Brasil. E é sobre ela, que aqui se anota, em um período histórico de três décadas, a especificidade do enfoque na crítica ao processo do capitalismo e da formação social brasileira das organizações políticas trotskistas.

PALAVRAS-CHAVE

Organizações políticas trotskistas; Esquerda comunista; Revolução social; Capitalismo brasileiro

Quem lê *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr., publicado em 1966, e considere a tabula rasa que o consagrado autor faz sobre todas as esquerdas em mais de quatro décadas de existência², provavelmente não verá pertinência numa crítica dos trotskistas sobre a realidade brasileira.

É correto entender o trotskismo no Brasil, num processo de afastamento e de tentativas de aproximação com o PCB, sobretudo, diante de certos problemas conjunturais colocados por uma estrutura sócio-econômica que penosamente se fazia conecta ao capitalismo mundial. Mais acertadamente é perceber que esse afastamento permite ao pensamento trotskista uma inflexão pautada em algumas das especificidades do capitalismo tardio em solo brasileiro.

As críticas trotskistas tomam corpo com a organização da Oposição de Esquerda no Brasil, nos últimos anos da década de 1920. No passado foi corrente a afirmação de que as críticas de Trotsky chegaram ao Brasil a partir de uma viagem inconclusa de Mário Pedrosa a Moscou, com objetivo de cursar a Escola Leninista a mando do Partido Comunista do Brasil (PCB). Pedrosa, doente, permanece na Alemanha por algum tempo onde toma conhecimento das análises de Trotsky sobre o Partido Bolchevique e a Internacional Comunista (IC), no momento já sob orientações da fração stalinista. Todavia, pesquisas mais recentes contestam a afirmação acima e procuram sustentar que o surgimento da

¹ Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993. Professor de Ciência Política na Universidade Estadual de Londrina PR. <perofe@sercomtel.com.br>

² Para Caio Prado Júnior o programa da IC do 4º Congresso (1928) seria assumido, completamente ou não, por toda esquerda brasileira: *No que, aliás, foram acompanhados, no fundamental e essencial, pelos demais setores e forças de esquerda que, nesse terreno teórico, nunca fizeram mais que repetir os comunistas.* Cf. PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 98.

Oposição Sindical, de J. Costa Pimenta e Rodolfo Coutinho, mais as publicações trotskistas da revista *Clarté* haviam gerado o “caldo de cultura” necessário para as manifestações oposicionistas de Mário Pedrosa e outros.³

Importa salientar que as críticas da Oposição de Esquerda, e quaisquer outras críticas (como as de Basbaum e outros) ao PCB e suas posições sobre a transformação social possível, foram tidas como asserções que não partiam da esquerda e, por consequência, eram reacionárias, não merecedoras de respostas. A chamada disciplina partidária não permitia um debate interno, um debate na esquerda comunista em torno da revolução social.

O Grupo Comunista Lenine esboçou o que foi imediatamente o primeiro setor oposicionista de viés trotskista no Brasil, a denominada Liga Comunista Internacionalista (Bolchevique-Leninista), composta por Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Plínio Gomes de Melo, João Mateus, Benjamin Péret, Victor Azevedo Pinheiro, João da Costa Pimenta, Fúlvio Abramo, Raquel de Queiroz, Dalla Déa e outros, organizada em São Paulo em janeiro de 1931. A organização não pretendia um rompimento com o PCB e, de certa forma, acompanhava as expectativas de L. Trotsky, que acreditava na regenerescência do Partido Comunista Russo, do socialismo na União Soviética, no reconhecimento da necessidade de um novo trabalho por parte da IC, desde que Stálin e sua fração fossem politicamente derrotados.

A oposição trotskista e seu jornal *A Luta de Classe* surgem no Brasil, na esteira de um processo que se internacionaliza com a realização da primeira Conferência em 1930, na cidade de Paris, e a segunda, no mês de fevereiro do ano de 1933. Este período de 1933 foi marcante a Trotsky e a toda Oposição de Esquerda Internacional, que passou atuar exclusivamente no exterior da União Soviética, diante de uma ruptura decisiva com o “velho bolchevismo”, efetivada pelos partidos comunistas e a IC.

³ GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1988. p. 174; ver também LIMA, H. F. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 57; MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. 1992. Tese. (Doutorado em Filosofia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 125.

Com o avanço do nazismo na Alemanha, a derrota definitiva do Partido Comunista alemão é cada vez mais sentida e palpável, e, de acordo com Trotsky, tal decadência não passa de um reflexo da política da IC e do stalinismo no poder, por conseqüência a regenerescência do socialismo passa doravante pela criação de uma nova Internacional. Assim, para a União Soviética começa a nascer o projeto de uma, também nova, revolução que possa recuperar o soviétismo, porque apesar de tudo ainda existe no seu bojo um Estado Operário — todavia, degenerado.⁴ Numa curiosa coincidência com o PCB, a Oposição de Esquerda no Brasil sofre influências, mas não se organiza já sobre forte controle externo, desfrutando, pois, de grande autonomia política frente à Oposição de Esquerda Internacional. Isso se deve a vários fatores que passam da visão europeizante de revolução defendida por Trotsky, pelas dificuldades materiais e políticas para a expansão da Oposição de Esquerda, e, com efeito, à expectativa diversa dos opositoristas no Brasil com relação a uma organização revolucionária internacional, quando comparada à dos pecebistas. Embora Trotsky concordasse com as observações do momento, que apontavam para a construção da hegemonia norte-americana sobre a Europa, não se havia desvencilhado da tese que dava à classe operária revolucionária europeia o papel de direção no movimento mundial.⁵ As contradições do capitalismo monopolista prometiam mais a criação de uma situação revolucionária na Europa do que a construção de uma hegemonia dos Estados Unidos da América no mundo capitalista, sem atropelos, sem conflitos, com as outras grandes nações capitalistas, tampouco, não esquecendo que justamente os norte-americanos é que deveriam oferecer a maior resistência aos revolucionários europeus.

Não subestimamos, de forma alguma, o poder dos Estados Unidos. Ao avaliar as perspectivas de revolução, partimos de uma compreensão clara dos fatos. [...] Somos, porém, de opinião que o próprio poderio americano [...] é a maior alavanca da

⁴ TROTSKY, L. *A revolução traída*. Lisboa: Antídoto, 1977. p. 247.

⁵ TROTSKY, L. *La guerre et la révolution*. Paris: Tête de Feuilles, 1974. v. 2, última parte. Também em seu *Europe et Amérique*. Paris: Librairie de l'Humanité, 1926.

revolução européia. Não ignoramos o fato de que essa alavanca se voltará, política e militarmente, com um ímpeto terrível contra a revolução européia. [...] Sabemos que o capital americano, quando sua existência estiver em jogo, revelará uma incalculável energia combativa. Tudo o que sabemos, pela História e pela nossa experiência própria, sobre a luta das classes privilegiadas pelo domínio, perderá significação frente à violência com que o capital americano se voltará contra a Europa revolucionária.⁶

NO CONTEXTO POLÍTICO DA ESQUERDA COMUNISTA LOCAL

Se por um lado a Oposição de Esquerda no Brasil desfrutou de uma grande autonomia política frente à Oposição Internacional, não sendo um mero apêndice desta, em contrapartida comprometeu-se um pouco mais com certas colocações do PCB. Esse sentido parece ser apanhado por Fúlvio Abramo quando salienta:

Não cabe fazer a análise das posições que a Liga Comunista Internacionalista, na condição de oposição interna do PCB e não ainda entidade independente, tomou em relação à tarefa que se propusera, de reverter o PCB à sua condição de agente do processo revolucionário.⁷

Afinal, seria possível à Liga Comunista Internacionalista, bolchevista-leninista, fazer oposição ao Partido Comunista? A Liga jamais considerou o PCB como uma organização revolucionária leninista. Se inicialmente o PCB apresentou-se com o projeto de revolução redigido por Octavio Brandão — *Agrarismo e*

⁶ TROTSKY, L. *Europe et Amérique*. Paris: Librairie de l'Humanité, 1926. p. 96, e principalmente no artigo de Magdeleine Marx publicado na revista *Contre Le Courant*. Cf. MARX, M. *Prospère Amérique*. *Contre le Courant*, Paris, v. 2, n. 9, p. 5-8, [6?] mars 1928. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MF 1704).

⁷ ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista: 1930-1933*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 33.

Industrialismo —, em nome do marxismo revolucionário, isso se deu devido à ignorância que imperava no próprio meio, afirmam os Oposicionistas. A Liga não via na obra de Brandão os princípios da dialética marxiana, embora reconhecesse os esforços do militante, e, por isso, defendera-o quando das críticas do Secretariado Sul-Americano ao seu trabalho. Dessa maneira, para os Oposicionistas, o PCB não dispunha de um projeto de revolução e nem se organizava e agia mediante os ditames do centralismo democrático. A sua revolução democrática nunca fora leniniana, pois jamais encontrara na realidade social brasileira os supostos necessários, tais como o proletariado diante de um numeroso campeonato revolucionário.

Nos artigos do jornal *A Luta de Classe*, órgão da Liga Comunista Internacionalista, que na sua maioria tratam do significado do movimento de 1930 e as suas conseqüências na realidade social, envolvendo, o PCB e a sua política nessa conjuntura, as reflexões dos Oposicionistas recaem inicialmente sobre o viés abstrato da teoria que iria condicionar as práticas dos pecebistas:

*O Partido considerava os colonos como proprietários, quando, na realidade, a sua situação era a de um trabalhador semi-escravizado pelas condições impostas discricionariamente pelos fazendeiros. O trabalho mostra que o Partido, fundando sua política em generalizações não-marxistas, atribui ao colono o papel da pequena burguesia rural dos países europeus, [...] na realidade adotando a concepção hipócrita da burguesia.*⁸

Ambicionando desconstruir teoricamente o conjunto de forças sociais revolucionárias apresentadas pelos pecebistas, a Liga atacará a proposta de aliança entre a burguesia e o proletariado dizendo que:

...A tese marxista e leninista da existência de uma luta de classes sem quartel da burguesia contra o proletariado e suas organizações políticas e de classe, e que o esquecimento desse princípio leva as massas trabalhadoras das cidades e dos campos

⁸ Ibid., p.36.

*à situação de subordinação de seus interesses aos dos seus exploradores. Numa palavra, não pode haver realmente uma aliança de classes real no desenvolvimento da história.*⁹

E no interior dessa crítica à política de alianças, ela dará ênfase ao problema do favorecimento a burguesia industrial, em última instância, propiciado pelas próprias mãos do proletariado que, associado à pequena-burguesia, oferecerão direção política ao processo. Tais desdobramentos levariam ao que a Liga Comunista chamou de “Revolução a Retalhos”.

O problema do projeto nacional defendido pelo PCB passava, entre outras coisas, pela interpretação de uma economia agrária-feudal e semicolonial no Brasil, herdada da IC com seu paradigma: revolução colonial — revolução chinesa. Se esse era o pressuposto, caberia a conquista de um capitalismo desenvolvido e de um Estado Nacional. E, sendo assim, o corolário dessa sociedade somente poderia ser uma democracia burguesa com a sua revolução agrária que democratizasse o campo e fizesse avançar nos centros urbanos a burguesia industrial. O fato é que, para o PCB, a pequena burguesia não se resumia no campesinato, e no seu ramo urbano a sua face mais aguerrida — os tenentes — jogava um papel decisivo nas pretensões revolucionárias pecebistas. De alguma maneira o Tenentismo sempre influenciou o PCB.

Posteriormente a 1925, com a criação do Bloco Operário e Camponês, que levou Brandão e Minervino de Oliveira, em 1928, para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro, o Partido Comunista passou a interpretar como pequena burguesia todos os setores da sociedade civil que não integrassem a burguesia agrária-feudal, a burguesia industrial, o proletariado e o campesinato. E por quê? Para os pecebistas o campesinato sendo uma classe social, mais do que isso, uma classe social revolucionária, não devia fazer parte da pequena-burguesia, embora não lhe negassem o estatuto de pequenos proprietários. Quando no 3º Congresso do PCB, em 1928-1929, o BOC foi criticado como frente pequeno-burguesa, não estava em questão uma marginalização do campesinato no projeto revolucionário, até porque a radicalização do “Terceiro Período” (Classe contra Classe), pressupôs na União Soviética uma

⁹ Ibid., p. 36.

destruição do *kulak*, mas em países como o Brasil, da maneira como fora interpretado pela IC, o campesinato seria “salvo” por confundir-se com o proletariado antes mesmo de sofrer uma metamorfose imposta pela revolução democrática leniniana.¹⁰

No entendimento da Liga Comunista o campesinato fazia parte da pequena burguesia; entretanto, no Brasil predominava o trabalhador rural assalariado vivendo em situação quase miserável. Daí os integrantes da Liga entenderem a presença da “Revolução a Retalhos”, mesmo no transcorrer do período “Classe contra Classe”, como produto, aliás, de uma aliança do PC com a pequena burguesia e a “revolução por etapas” consagrada no 3º Congresso do Partido. Assim, não se poderia pensar numa revolução democrática gerada em alianças do PC com a burguesia industrial e a pequena burguesia, posto que somente ao proletariado caberia alterar democraticamente o sistema social de produção e a vida política instituídos no capitalismo monopolista, e projetar novos valores para essa forma de sociabilidade a se construir. No imediato, o proletariado brasileiro deve iniciar a luta pela sindicalização livre, pela legalização do Partido Comunista e por outros e novos direitos exigidos pela prática política.

A Liga Comunista Internacionalista procurará recuperar algumas propostas dos quatro primeiros Congressos da IC, porque acredita que nelas a dimensão bolchevique teria sido preservada. E, absorta como estava com a questão do socialismo em um só país (5º Congresso da IC), não se dera conta de algumas distorções sobre a noção de “desenvolvimento desigual e combinado”, de certos perigos que envolviam a concepção de “revolução permanente”, já no transcorrer dos quatro primeiros Congressos da IC.

*A Liga Comunista lutar sem desfalecimentos por uma linha política revolucionária justa do partido do proletariado, defenderá intransigentemente as resoluções adotadas nos quatro primeiros congressos da IC e reivindicará o estabelecimento do regime de democracia interna no Partido Comunista, para a discussão dos mais sérios problemas do movimento operário.*¹¹

¹⁰ FERREIRA, P. R. *O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: Ed. UEL, 1999. p. 194.

¹¹ LIGA COMUNISTA (Oposição). *A Oposição Comunista e as calúnias da burocracia*. In: ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história*:

Quanto à questão da democracia interna, dos debates tão necessários frente ao entendimento da relação luta revolucionária e realidade social de cada país, bastaria os integrantes da Liga terem considerado mais as críticas de Pierre Naville, publicadas no *Contre le Courant*¹², sobre as possibilidades de repetirem os erros da IC, quando da organização da primeira Conferência da Oposição de Esquerda, principalmente em torno da centralização política, e hesitariam, sem dúvida nenhuma, perante os balanços desses congressos da IC.

A Liga Comunista não almejava ser um novo partido, mas uma fração do PCB, portanto, reforçava o seu bolchevismo num momento em que a “bolchevização” já havia gerado alguns danos no movimento comunista internacional. Acreditando perfilar a ala mais revolucionária do comunismo, adere ao setor bolchevista-leninista da IC liderada por Trotsky e Rakovsky, porque queria compartilhar com toda a Oposição de Esquerda Internacional e com Trotsky da tese de que o “partido tem sempre razão”. Mesmo depois de 1933, levar o bolchevismo para dentro do PCB, passou a ser a tarefa que sintetizaria as ambições políticas dos trotskistas no transcurso de mais de duas décadas.

NA TENTATIVA DE RECONSTITUIÇÃO DO REAL

Na compreensão da Liga, o internacionalismo da Oposição de Esquerda jamais poderia vir a ser um obstáculo ao esclarecimento das especificidades históricas de cada nação. Não sendo uma mera abstração, o internacionalismo deveria ser alimentado permanentemente por essas especificidades. Até porque, em Trotsky, a teoria da revolução permanente encontra sua determinação na concepção do desenvolvimento desigual e combinado, tendo como substrato esse internacionalismo.

As análises oposicionistas, em grande medida, foram alimentadas pelas reflexões de Mário Pedrosa e Lívio Xavier elaboradas no texto *Esboço de uma análise da situação econômica e*

documentos da Liga Comunista Internacionalista: 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 94.

¹² NAVILLE, P. *Contre le Courant*, Paris, n. 12, p. 4-5, 28 juin.1928. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MF 1706).

social do Brasil, de outubro de 1930. Esse texto, juntamente com o livro de Caio Prado Jr., *A Evolução Política do Brasil*, e *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*, de Leôncio Basbaum, podem ser considerados os três principais da esquerda marxista brasileira, publicados na década de 1930.

Pedrosa e Xavier, em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, analisam o modo de ser da economia “colonial”, o capitalismo e a escravidão — o seu impasse —, a federação e a centralização do poder político como exigência de um capitalismo sob a égide do imperialismo do capitalismo monopolista, as forças aliancistas em 1930 enquanto expressões caóticas mas muito pertinentes à estrutura do nosso desenvolvimento.

A economia colonial no Brasil é apanhada nas suas relações com o processo de acumulação primitiva do Capital, cuja direção política do Estado foi fundamental para a magnitude da propriedade privada da terra, o que não deixava de ser uma observação de uma das especificidades deste processo de colonização sistemática. O imbricamento do político ao econômico já era um dado na configuração de um sistema, que, muito embora contasse com uma forma compulsória de trabalho, já se achava um pouco distante das formas feudais.

O modo de produção capitalista e a acumulação e, por conseqüência, a propriedade privada capitalista, foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo. A base do sistema capitalista é a expropriação da massa popular; mas, nas colônias, em geral, o excesso de terra pode ser transformado em propriedade privada e meio individual de produção. Tendo sempre o colono livre a possibilidade de tornar-se proprietário de seu meio de produção, isto é, podendo o trabalhador acumular por si próprio, torna-se impossível a acumulação e o modo de produção capitalistas. Ali está a contradição que a burguesia da metrópole deveria resolver — ‘o segredo de sua floração e de sua gangrena’ (Marx). A dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve de ser criada por meios artificiais: a apropriação da terra pelo Estado, que a converteu em propriedade privada, e a introdução da escravidão indígena e negra; numa palavra, a colonização sistemática.¹³

¹³ PEDROSA, M.; XAVIER, L. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. *Na contracorrente da*

O processo colonizatório instituído pela metrópole portuguesa obstruiu uma organização econômica estruturada na pequena propriedade, posto não ter florescido em seu propósito a idéia de terra livre, de colonos livres.

*A classe dos pequenos proprietários, fator da pequena produção, geralmente anterior ao regime capitalista e cuja expropriação é um dos fatores determinantes deste, não pôde se desenvolver na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro se caracteriza sempre por rígido esquematismo de classe.*¹⁴

Dessa maneira, os espaços à pequena propriedade eram quase nulos. Mas, este regime capitalista que gerou a escravidão no Brasil, em outro momento do seu desenvolvimento a supera, iniciando, inclusive, relações específicas com o capitalismo inglês. A burguesia brasileira teve origem no campo e não no meio urbano, afirmam Pedrosa e Xavier: *O formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista.*¹⁵

A investigação da produção cafeeira permite aos opositoristas deslindar os segredos do capitalismo brasileiro, suas especificidades ditadas já com a escravidão e sua ruptura qualitativa com a imigração do trabalhador assalariado. Resolvida a contradição escravo / produção propriamente capitalista, com a geração do valor possibilitada agora pela presença do trabalho assalariado e, fundamentalmente, a liberação de capital para novos investimentos.¹⁶

Todas as condições necessárias para a grande exploração estavam reunidas: terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidades de maior especialização na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura. Assim, o cafeeiro faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo de exploração determinou,

história: documentos da Liga Comunista Internacionalista: 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 66-67. (Publicado originalmente em: *La Lutte de Classes*, Paris, n. 28/29, févr./mars 1931.)

¹⁴ Ibid., p. 68.

¹⁵ Ibid., p. 71.

¹⁶ FERREIRA, 1999, p. 207-208.

portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas. Desse modo, o sistema de crédito, o crescimento da dívida hipotecária, o comércio nos portos de exportação, tudo ajudava a preparar uma base capitalista nacional. Os braços que faltavam foram importados. A imigração adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial.¹⁷

O capitalismo monopolista na sua determinação imperialista é compreendido como obstáculo / avanço nas relações de produção internas de países capitalistas não desenvolvidos. No Brasil, se por um lado a industrialização emergente decorre de novos e vultosos investimentos, a burguesia que a gera e se gera neste processo, não provém de uma competição intracapital. Assim, o capitalismo brasileiro não permitirá as chamadas condições democráticas burguesas, em contrapartida, assumirá a construção de uma sociedade civil sob brutal autoritarismo, cujos direitos civis e políticos mais elementares, que lhe deveriam ser pertinentes, são ab-rogados na prática. O que inviabiliza a predominância de uma cidadania burguesa sob auspícios de um Estado liberal-democrático.

Nos países novos diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo — ao revolucionar de modo permanente a economia dos países que lhe submetidos - atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo.¹⁸

Sem um executivo forte a burguesia nacional nada é, dependente como sempre será de um Estado estruturado com burocracia e ministérios cúmplices com esta industrialização capitalista; o imbricamento do capital privado com o setor público, desde do início, vai marcar a vida política nacional com uma politização da economia. Além disso, as exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical.¹⁹

¹⁷ PEDROSA; XAVIER, 1987, p. 71-72.

¹⁸ Ibid., p. 74-75.

¹⁹ Ibid., p. 75.

Efetivamente, a Federação que se formou com a proclamação da República em 1889 é escamoteada com a centralização do poder político, imposta, afinal, por um Estado comprometido com os anseios de uma burguesia em formação. Para Pedrosa e Xavier, isso vai explicar porque os governadores e suas administrações estaduais são dependentes do poder central, do poder que melhor expressava a força da dominação burguesa que vinha de algumas regiões administrativas. *Os representantes parlamentares dos estados secundários tornaram-se representantes do poder central nos Estados, ao invés de —segundo a ficção constitucional — representar os Estados junto ao poder central.*²⁰

Indubitavelmente, a Liga Comunista com a interpretação da realidade social no Brasil, contida no *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, antecipa, em grande medida e por várias décadas, a tese sobre “economia complementar”. A começar pelo entendimento da economia no período colonial, articulada à economia da metrópole, e precedendo fundamentalmente à sua organização estatal. Uma economia colonial que de maneira sistemática respondia aos interesses da metrópole, “complementando” as suas necessidades. Embora contasse com inúmeras peculiaridades, a produção econômica no Brasil nunca deixou de ser conectada contraditoriamente a um todo, a um sistema mais global.²¹

Esse processo histórico, portanto, que colocava o Brasil na chamada acumulação primitiva do capital, situava-o internamente, em um “tempo” diferente do da metrópole, marcando-o com certa complexidade social que impedia uma explicação sobre as manifestações de caracteres feudais em solo colonial. Na especificidade da sua mais importante característica, a de complementar a economia européia, ficava delimitada a forma de se alterar a produção na propriedade fundiária sem que se mudasse a essência do sistema. Como afirma o texto já mencionado:

²⁰ Ibid., p. 72.

²¹ Vale a pena comparar as observações de PEDROSA e XAVIER sobre a idéia de economia complementar Cf. NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 112 que trabalha com a mesma questão.

No Brasil, a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta: a transformação da economia escravagista em salariedade do campo se fez diretamente e o afluxo migratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objetivo oferecer braços à grande cultura cafeeira. Produziu-se aqui, portanto, o que Marx chama de 'uma simples troca de forma'. O Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola. Seu caráter de exploração rural colonial precedeu historicamente sua organização como Estado.²²

Observa-se, assim, que do período colonial ao momento posterior da economia brasileira, tem-se uma articulação de algumas formas pretéritas de produção com o capitalismo já efetivamente implantado. A concepção do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista não coloca maior ênfase no mercado mas na sua produção, e o chamado *consumo produtivo* é condição necessária para a realização da mais-valia. O capitalismo monopolista ao encontrar-se com a produção pré-capitalista imediatamente a submete, redefinindo suas premissas sob o império da sua lógica de produção. O desenvolvimento desigual e combinado produz e é produzido por uma intrincada rede de relações agora— sob o capitalismo monopolista— centralizadas no capital financeiro.

Com a certeza de que a economia brasileira se constituía num capitalismo com muitas especificidades, os opositoristas viram na constituição desta economia social alguns traços que se faziam mediante lutas entre burguesia e o proletariado. A economia capitalista retardatária no Brasil possui várias especificidades, e uma delas tem a ver com a direção política imposta pela burguesia, que, como classe social dominante que é, não tem a menor vocação para realizar uma revolução democrática. O sistema capitalista aqui efetivado pedia uma estrutura estatal com características bonapartistas, altamente centralizada no seu funcionamento político, procurando fechar, na medida do possível, os espaços para a movimentação do proletariado.²³

O capitalismo retardatário estruturado na grande propriedade fundiária, com a produção cafeeira geradora de uma

²² PEDROSA; XAVIER, 1987, p. 67-68.

²³ FERREIRA, 1999, p. 210.

base industrial, colocava-se sob a direção do capital mercantil devido aos seus imbricamentos com o capitalismo financeiro internacional; enfim, articulava-se com o capital monopolista, guardando elementos atrasados/avançados. Sem dúvida, uma interpretação dos oposicionistas, bem próxima de certas interpretações apresentadas nas últimas décadas, dirigidas fundamentalmente para a recuperação da realidade econômica brasileira do começo do século, já caracterizada pelo sistema capitalista.

A Liga Comunista, apoiada nessas investigações, colocou-se em oposição à concepção de revolução democrática apresentada pelo PCB, por não ver a presença dos sujeitos sociais necessários para a sua realização. A instabilidade política, o movimento das suas contradições quase que à tona da sociedade civil, são explicáveis por um desenvolvimento econômico que se altera constantemente, jogado a *va-banque*, como diria Marx, sem controle por parte da burguesia nacional, que pode, enfim, dispensar partidos políticos nacionais. O Brasil é entendido enquanto país capitalista, sem resíduos feudais, e seus atores sociais definem-se nesse prisma, delimitando outros contornos à revolução social.

No momento em que a Liga Comunista se organiza, o movimento político de 1930 salpica a realidade social e ambiciona temperar toda a classe burguesa com uma preocupação sobre a desagregação política proveniente da crise instaurada na estrutura político-federativa descentralizada. Na ordem do dia para o capitalismo brasileiro, estava a presença de um Estado centralizador que pudesse ser o sujeito da aliança tripartite, frente ao capital financeiro internacional e da burguesia brasileira. Aliança tripartite que era condição ao desenvolvimento econômico do Brasil, e que cobrava altíssimo preço a toda força de trabalho, preço que alcançará majoração máxima com o advento do Estado Novo. Em consequência, a Liga Comunista Internacionalista entenderá a Revolução de 30 da seguinte maneira:

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas, nos diferentes estados, se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a 'pátria brasileira' do desmembramento, eis a 'missão histórica'

*dos 'generais da revolução', dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia. A unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da 'Aliança Liberal'. Suprimidos do cenário político alguns figurões mais comprometidos, o acordo geral da burguesia está sendo restabelecido à custa de uma operação maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida. Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política. A falência financeira do Estado, a redução das reservas de ouro, como efeito da política monetária do governo perrepeista, a crise econômica da superprodução agrária e industrial, agravarão o grau de dependência do Estado brasileiro à economia mundial imperialista.*²⁴

A Liga resumia, destarte, as condições impeditivas à revolução democrática do PC, que contava com alianças com a burguesia industrial e a pequena burguesia. E, para caminhar neste Brasil do pós-1930, a realidade social dita, segundo os oposicionistas, várias mediações na luta por democracia e liberdade operárias. Até mesmo os espaços que o parlamento burguês construiu para abrigar uma certa oposição dentro da atividade política institucional deveriam ser ocupados pela esquerda revolucionária. Posteriormente, a um arrazoado sobre o parlamento na sociedade capitalista monopolista, mostrando suas principais descaracterizações e seus limites na atual forma do Estado, a Liga defenderá uma luta do proletariado pela organização da Constituinte.

A luta dos oposicionistas pela Constituinte passava por uma verificação nascida do entendimento que o proletariado fazia do parlamento e, em seguida, da sua prática, gerando uma Constituinte do proletariado a se diferenciar da que estava sendo forjada pela burguesia e pequena burguesia, nesse momento histórico no Brasil. Se o proletariado com o Partido Comunista lutasse pela formação de conselhos paralelamente à Constituinte

²⁴ AOS TRABALHADORES do Brasil. In: ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista: 1930-1933*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Publicado originalmente no *Boletim da Oposição*, São Paulo, n. 1, p. 59-60, jan. 1931).

e pela autonomia municipal, possibilitando gestão direta do povo, seria possível efetivar essa luta revolucionária.²⁵

Os opositoristas cobravam de todo Partido Comunista um trabalho que pudesse retirá-lo da clandestinidade e da prática política conspirativa, pois, entendiam-no como condição necessária para incorporar a maioria da população no programa da revolução e lograr sucesso na sua realização:

No caso de uma situação revolucionária, a palavra de ordem na Assembléia Constituinte pode existir perfeitamente ao lado da de soviets. Estes são órgãos de frente única das massas já preparadas para a insurreição; aquela é o meio de trazer para a insurreição as massas que reclamam a Constituinte, as massas que ainda esperam alguma coisa da democracia burguesa e que só se convencerão da superioridade da democracia soviética depois que tiveram tomado o poder com o Partido proletário à frente.²⁶

A reviravolta que a Liga cobrava do Partido Comunista vinha de encontro à efetivação de uma unidade nacional, baseada na luta do proletariado e segmentos sociais contra o Capital, uma unidade que, a rigor, já estava dada, mas que se via constantemente ameaçada pelas contradições do sistema.

As forças produtivas do Brasil não podem mais se desenvolver na escala nacional, sob o controle da burguesia e a tutela opressora do imperialismo. Só a ditadura do proletariado poderá, libertando o Brasil das garras do imperialismo, conservar a unidade nacional, de modo a garantir o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas em todo o país e o melhoramento sistemático das condições de vida das massas exploradas. A luta pela unidade nacional é assim uma luta direta contra o imperialismo e contra a burguesia secessionista.²⁷

²⁵ FERREIRA, 1999, p. 199.

²⁶ PROJETO de teses sobre a Assembléia Constituinte. ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista: 1930-1933*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Publicado originalmente em *Boletim da Oposição*, São Paulo, n. 4, p. 103-104, maio de 1932.)

²⁷ LIGA COMUNISTA. Carta aos camaradas do Partido Comunista. In: ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história: documentos*

As concepções oposicionistas sobre o Brasil, que serviram para sustentar a tese de uma revolução socialista no lugar da revolução democrática, influenciaram a esquerda trotskista durante os anos trinta. É o caso, por exemplo, do Partido Operário Leninista (POL), que surgiu no Rio de Janeiro em 1936. Como dissidência da Liga, o POL era puro reflexo da crise instaurada no âmbito da Oposição de Esquerda na França. Crise que foi motivada pela inserção dos oposicionistas na *Séction Française de l'Internationale Ouvrière SFIO*²⁸, mas que teve seus efeitos nos trotskistas brasileiros.

As teses de 1937 do POL, sob o título *A situação nacional*, corroboram as críticas anteriores de Mário Pedrosa e Lívio Xavier e colocam um adendo em torno do Integralismo e da política de Frente Popular do PC. Discute-se, nelas, a propriedade de uma prática política legalista proposta pelos pecebistas e pelo ministro da justiça de Vargas (José Carlos de Macedo Soares), diante das manifestações integralistas. Para os trotskistas o contexto civil-burguês no Brasil não seria suficiente para barrar essas manifestações. Até porque, era do interesse da burguesia, que, como já se mencionou, havia criado de forma permanente um contexto autoritário, fazer avançar os métodos fascistas de luta para impedir o comunismo. Para o POL, um golpe de Estado tipo bonapartista parecia ser iminente, e somente uma mobilização do proletariado revolucionário poderia impedi-lo. Esse episódio permitiu aos trotskistas uma análise a respeito da legalidade burguesa, para além dos marcos conjunturais, daí a necessidade de se avaliar o judiciário, o legislativo, o executivo e as forças armadas brasileiras, enfim, a estrutura estatal com a sociedade civil nas suas relações mais estreitas. O pesado Estado autoritário brasileiro impõe uma rota ao Integralismo que o faz extremamente dependente da vontade do primeiro, para ser manipulado segundo as suas conveniências.

Assim, lá o movimento fascista não poderia deixar de se operar preliminarmente com inteira autonomia dos governos. Apoiado na burguesia, no grande capital, sobretudo nos chefes da

da Liga Comunista Internacionalista: 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.122-123.

²⁸ FERREIRA, 1999, p. 213.

indústria pesada e das minas, e apoiado também nos grandes proprietários da terra, o fascismo não podia se colocar na dependência direta do aparelho do Estado, sem se condenar a um isolamento inevitável e a uma prévia derrota. Aqui se passa precisamente o oposto. Sob certos pontos de vista, o integralismo tem sido ultimamente apenas uma renovação do velho e arquiconhecido cravo vermelho que teve a sua glória no quadriênio de A. Bernardes. [...] A primeira posição política que o integralismo foi obrigado a assumir coincidiu com a primeira manifestação estrondosa do seu servilismo diante do poder. Foi no caso da Lei de Segurança. Quando os chefes verdes ouviram falar de que nessa lei, feita contra o proletariado e o movimento democrático, se inscrevia um tímido artigo, aliás, nunca aplicado, que atingia as milícias armadas do sigma apressaram-se a fazer protestos de submissão e a rastejar aos pés do poder como Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros tinham rastejado sempre aos pés dos políticos importantes da burguesia.²⁹

Dá para notar que os oposicionistas desconfiavam da solidez das instituições burguesas no Brasil, fundamentalmente frente a um processo de lutas sociais que pudesse combinar práticas legais com luta revolucionária. Portanto, à esquerda revolucionária caberia um cuidado de avaliação muito grande para com o processo de centralização política em curso, que fechava espaços de participação política dos trabalhadores e suas organizações. Entretanto, tal avaliação não impedia que o POL defendesse o lançamento de Luís Carlos Prestes como candidato à presidência da República. Buscando construir, mais uma vez, uma ponte com os pecebistas.

Naqueles anos difíceis da ditadura varguista, surgiu em São Paulo, o Partido Socialista Revolucionário (PSR) de Hermínio Sacchetta, Edmundo Muniz, Alberto da Rocha Barros, Florestan Fernandes, Maurício Tragtenberg e muitos outros que, no início da redemocratização, publicou o jornal *Orientação Socialista*.

Como toda organização trotskista, o PSR pretendia transformar o PCB numa organização, de fato, marxiana e leniniana. Criticava nos pecebistas a defesa de um feudalismo no Brasil, a idéia de revolução popular, a proposta de colaboração de

²⁹ PARTIDO Operário Leninista. *Situação Nacional*, Rio de Janeiro, 1937. Mimeografado. (Coleção particular de Pedro Roberto Ferreira).

classes, a construção de uma unidade nacional. A política popular dos pecebistas, diziam os opositoristas, não provocará uma maior conscientização política no proletariado brasileiro. Muito provavelmente surtirá um efeito contrário, devido aos equívocos do PC a respeito da realidade concreta. Esses equívocos impediam o PC de ser uma organização portadora das idéias de Lenin, não manejando sequer as abstrações ou pré-categorias necessárias ao entendimento da concepção de revolução democrática operária e camponesa.

País de capitalismo retardatário, e com um proletariado atuante, não devia ser visto como semicolônia para servir de palco a um movimento de libertação nacional. A conquista da nacionalidade não empolgará o operariado para a revolução social, sustentam os trotskistas. O movimento operário no Brasil, na conjuntura de 1946, não deve contentar-se com uma possível revolução nacional, dado que as contradições do sistema sociais de produção já alcançaram níveis que não iriam retroagir.

O capitalismo no Brasil preserva modos distintos de acumulação, encontrando no Estado a possibilidade de evitar o antagonismo profundo entre eles. Mas a distinção não obstaculiza o imbricamento desses modos de acumulação do capital. Daí não se poder pensar numa aliança do capital agrário com o imperialismo, em oposição ao capital industrial. E na crítica às teses antiimperialistas do PCB, o PSR, nas páginas de *Orientação Socialista*, evidencia a falta de concretude da realidade social para a questão do feudalismo brasileiro. E nem será preciso um grande esforço intelectual para distinguir-se latifúndio de processo de feudalização, e nem cabe comparar o latifúndio no Brasil com o feudo na Europa. Em outras palavras, para os trotskistas, a propriedade fundiária feudal não explica a propriedade capitalista.

A tese da feudalidade brasileira, defendida pelos pecebistas, é uma espécie de crença que projeta a possibilidade de um capitalismo progressista no Brasil. Em contrapartida, os opositoristas apresentam uma exposição teórica, que trata da impossibilidade da democracia formal burguesa em um capitalismo tardio como o do Brasil. No editorial Nada de Ilusões³⁰

³⁰ *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 6, p. 1, 5 fev. 1947. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MF 0646 ou MR 0198).

afirmavam que o problema da inviabilidade da democracia burguesa não se resumia numa questão criada pelo momento histórico. A crise das instituições é endêmica. Nesse sentido, a burguesia não consegue criar mecanismos mais ou menos duradouros para enfrentar o proletariado na questão social-política devido à estrutura do capitalismo no Brasil. Daí ser, delírio dos pecebistas crer em um jacobinismo retardatário. Portanto, não se deve esperar que o parlamento neste Brasil do pós-guerra abra espaços para acomodar as contradições, até certo ponto, entre o capital e o trabalho. A impressão que se tem é de um executivo e de um legislativo atuando quase que monoliticamente. E o governo de Eurico Gaspar Dutra, com os seus inúmeros decretos-lei, parecia confirmar a tese acima, funcionando numa espécie de ante-sala para os constituintes de 1946. Lá fora, as greves do proletariado e os seus “conselhos” de fábrica, levavam pânico ao capital, com a burguesia exigindo do governo o fim do movimento grevista. Finalmente, em nome do capitalismo progressista, o próprio PCB condenará as greves dos trabalhadores.

Essa situação política e social, segundo os trotskistas, denunciava as práticas de um Estado; os acordos partidários, como a coalizão entre Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Republicano (PR), eram formas de se soldar as fissuras inerentes ao grande capital.

A marcha relativamente cautelosa da reação antioperária do governo Dutra lhe é imposta pela própria política econômico-financeira da facção burguesa no poder. As novas condições criadas, tanto na cena mundial com o término da Segunda Grande Guerra, como internamente em decorrência da vitória eleitoral alcançada pela ‘oposição’ capitalista em importantes regiões do país, compeliram o governo central a reexaminar a política econômico-financeira, de orientação manifestamente industrialista, que vinha sendo conduzida. Forçado, em parte, a ceder à pressão do imperialismo norte-americano, que reclama mercados de consumo; atemorizado, de outro lado, pelo torvelinho inflacionário que, em seu círculo vicioso de alta dos preços e lutas operárias que lhe tira toda estabilidade, o poder federal infletiu para o deflacionismo, atendendo, ao mesmo tempo, as aspirações dos latifundiários, exportadores de produtos agropecuários. Com os êxitos políticos da oposição burguesa, o poder central, para governar sem tropeços, viu-se constrangido a buscar a via de conciliação no campo burguês, o que lhe emprestaria maiores recursos de repressão diante das

ameaças de greves e desemprego que as condições do mercado interno e mundial criaram neste pós-guerra. O caminho tomado foi as medidas deflacionistas somadas ao amparo à lavoura através de financiamentos, acompanhados de repressão antioperária.³¹

A base legal e política para reprimir os trabalhadores que reclamavam por uma democracia social e política foi alcançada nos acordos partidários da burguesia tampouco preocupada com a unidade nacional, com a idéia de pacificação social.

O PSR entendia que o capitalismo progressista, com sua democracia formal, não pode ser etapa da revolução socialista. A análise sobre a industrialização capitalista no Brasil procura acentuar os possíveis elos entre esta e o capitalismo internacional, e vai recair numa identificação das formas de acumulação existentes na economia brasileira. Torna-se um imperativo categórico o conhecimento das reais relações entre agricultura e indústria condicionadas por um capitalismo tardio.

Dessa maneira, o PSR esforça-se para apanhar a produção no latifúndio a partir da produção capitalista propriamente dita. No início, a estrutura agrária no Brasil é matizada por peculiaridades, quando se tem relações capitalistas e mão-de-obra escrava. Também na geração das forças produtivas capitalistas, não se observam certas etapas etc. *A transformação do trabalho forçado em trabalho livre — entendido como o resultado da coerção econômica do assalariado — se processou no Brasil diretamente, sem gradações nem dilatações.³²* Destarte, o que já se acha presente nas fazendas de São Paulo, por exemplo, é o “operário agrícola”.

A coerção exercida sobre o colono e o camarada é perfeitamente ‘econômica’, isto é, trata-se de trabalhadores juridicamente livres. Foi dentro da completa liberdade de contrato que eles, no mercado livre de mão-de-obra, se puseram a serviço do fazendeiro, em troca de um salário pago em dinheiro. Estas noções são fundamentais.

³¹ AINDA Outra Vez: Frente Única. *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 12, p. 1, 1947. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MR 0198 ou MF 0647).

³² FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1989. p. 65-66.

*Vimos, ao estudar a 'fazenda mista', a evolução do colono, que passou da parceria ao salário fixo.*³³

O desenvolvimento desigual e combinado da produção brasileira impõe verificação nas relações das formas de acumulação do capital e suas especificidades, não se verificando nenhuma paridade entre elas para não tornar sem pertinência o caráter desigual. Driblando a tese dualista novo e atrasado, imagina-se uma síntese dessas diferenças sob o domínio do capital nas condições históricas ditadas pela realidade brasileira. O capitalismo internacional determina limites, obstáculos, à nossa produção, mesmo em situações favoráveis à maior capacidade de importação, tais como no momento da redemocratização. O ritmo do desenvolvimento da indústria de bens de capital, muito lento por sinal, é determinado pelos interesses do imperialismo. No entanto, segundo os trotskistas, a revogação da lei Malaia, a questão da transferência de tecnologia, num país sem tantos recursos financeiros na iniciativa privada, não condicionam linearmente antagonismos radicais entre a burguesia industrial local e o capital internacional. Mencionando passagens do discurso do senador Roberto Simonsen, este líder da burguesia brasileira, a respeito da necessidade imediata de um *copioso fluxo de capitais estrangeiros e do auxílio de seus recursos técnicos*, os trotskistas entenderam o imbricamento capital nacional / internacional. *Nós, trotskistas, sustentamos [contra Prestes e o PC] que a burguesia nacional, com Simonsen à sua testa, está associada ao imperialismo, e que não é possível separar a luta contra o imperialismo da luta contra a burguesia nacional.*³⁴

O capitalismo tardio no Brasil encontrava-se nas franjas de uma crise geral do sistema internacional que se manifestava de várias maneiras. O fascismo deveria ser visto como uma delas. Todavia, com a guerra mundial destruindo grande parte das forças produtivas, o capital poderia encontrar espaços para crescer e, possivelmente, capitalismo como o brasileiro também crescessem um pouco. Em função da desestruturação do mercado mundial,

³³ *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 5, p. 1, 1947. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MF 0646 ou MR 0198).

³⁴ *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 20, p. 1, 1947. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MF 0648 ou MR 0198).

afirma o PSR, o Brasil obteve algumas migalhas, mas logo após os monopólios financeiros e industriais reorganizados impõem-se no âmbito das economias internas. A pequena empresa e o pequeno banco não deverão resistir e as falências serão inevitáveis.

Mas um capitalismo mesmo em crise não se desintegra, e nunca se deve crer na sua autodestruição, sob pena de se impor altos custos aos trabalhadores de um país. Eis uma forte razão para o trotskismo propor uma política socialista — política que jamais passaria por uma colaboração de classes — ao proletariado brasileiro nesses anos do pós-guerra.

Os trotskistas do PSR respaldaram a defesa de uma revolução já socialista no Brasil, numa investigação da realidade social regidamente concebida pelo conceito de desenvolvimento desigual e combinado, que nunca deixou de acentuar as contradições do capitalismo no plano da economia mundial.

Do mesmo modo que na cena mundial, no Brasil as contradições de interesses entre os vários agrupamentos burgueses estão sendo sobrejulgadas pelas irreduzíveis contradições entre o proletariado e burguesia. Parcela que é do capitalismo internacional, a burguesia brasileira, em seu todo, malgrado a posição subalterna que ocupa na economia mundial, sofre com maior violência ainda as convulsões agônicas que abalam, irremediavelmente, toda a estrutura do sistema capitalista.³⁵

Nos anos cinqüenta, o Partido Operário Revolucionário (POR), que tinha nos seus quadros Leôncio Martins Rodrigues, Milton Camargo, Antonio Pinto de Freitas, Sebastião Simões de Lima, Jorge Milano, Boris Fausto, Ruy Fausto, mais tarde entrando Maria Hermínia Tavares de Almeida, Tullo Vigevani e outros, lançava seu jornal *Frente Operária* em 1952. Esta organização trotskista parece ter exacerbado a tese de se recuperar o PCB para a luta revolucionária com o projeto intitulado de *entrismo*. Os militantes do POR deveriam ter dupla militância com a idéia de entrar para as fileiras do Partido Comunista. Mas alguns velhos trotskistas criticaram o *entrismo* com veemência, como Hermínio Sacchetta, e passaram a ter um contato fortuito com a organização.

³⁵ *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 18, p. 2, 1947. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, MF 0648 ou MR 0198).

O *entrismo* parece ter aproximado o POR com as teses do PCB sobre o Brasil. Os trotskistas do POR tomaram como ponto de partida a compreensão da realidade brasileira, como sendo a de um país semicolonial, caracterizada pela agricultura e o pastoreio, sob formas arcaicas e semifeudais. Era uma agricultura onde dominava os regimes de colonato, e de meias e terças³⁶, ou seja, uma economia de resquícios feudais, todavia sob dominantes relações capitalistas. A presença de mais de três milhões de operários rurais era bastante significativa na conexão entre burguesia nacional, propriedade fundiária e exploração no campo.

O Estado bonapartista criado por Vargas procurava combinar uma política nacionalista com algumas medidas pró-imperialistas, na busca de uma industrialização ainda muito débil, mas que deveria irromper uma urbanização com capacidade para inverter um movimento populacional, ainda, predominantemente, rural. De um lado, tem-se a criação da PETROBRAS, a proposta de uma ELETROBRÁS, as investidas legais contra a remessa de lucros dos capitais externos, o aumento do salário mínimo e o controle dos preços das mercadorias. Do outro, os acordos militares do Brasil com os Estados Unidos, a presença da oposição udenista no próprio governo, o afastamento do Ministro Goulart etc.³⁷ Para o POR Vargas faria a unidade contraditória entre os pecuaristas e os industrialistas num governo que debilmente costurava sua política, por isso mesmo, com enormes receios de uma massa politizada. Tal costura vinha sendo realizada desde os anos trinta, num processo contraditório cuja figura de Vargas ora aparecia como latifundiário contrário ao domínio exclusivo dos grandes latifundiários, ora se apresenta como o mais lídimo representante da burguesia industrial, até capaz de enfrentar algumas ameaças do capitalismo imperialista. O que frente a isso tudo, a UDN só poderia aparecer representando uma força conservadora localizada na grande fazenda.

Essa interpretação dos trotskistas do POR, não deixa de lembrar a reiterada dicotomia entre agrarismo e industrialismo

³⁶ PEREIRA NETO, M. L. *Outras histórias: contribuição à história do trotskismo no Brasil: o caso POR*. 1997. Dissertação. (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. v. 1, p. 48.

³⁷ PEREIRA NETO, loc. cit.

tão ao gosto dos pecebistas. Um imperialismo aliado ao latifúndio, que poderá ser rasgado com um industrialismo progressista, e até certo ponto civilizador, posto colocar o país no âmbito de um processo urbanizador.

As massas rurais *bestializadas*, que deixavam o campo rumo à cidade industrial, não conheciam Vargas da ditadura, daí sua adesão ao líder prestidigitador. O papel da vanguarda revolucionária deveria passar por um trabalho de orientação dessas massas operárias, sobretudo, diante das propostas que vinham de direções nacionalistas. Participando junto com os trabalhadores, a organização revolucionária poderia revelar a eles o verdadeiro caráter da pequena-burguesia brasileira. Sempre tão vacilante do ponto de vista político, sempre tão a reboque da classe dirigente, portanto, dificilmente confiável num processo de alianças. Assim, uma luta que fosse constituída na base de todo movimento operário, com a vanguarda e as comissões de fábrica, os sindicatos, as organizações de bairro que reuniam trabalhadores e donas-de-casa, etc., poderia conquistar num curto prazo, a legalização dos partidos operários (claro está, a reconquista da legalidade do PCB), a democracia sindical, liberdade sindical, enfim, uma autonomia dos trabalhadores politicamente organizados, diante do Ministério do Trabalho e do Estado, como passo inicial à transformação socialista.

O governo de Juscelino Kubitschek, 1956-1960, com o Plano de Metas que impôs uma industrialização bastante veloz, deu a impressão para os trotskistas do POR que, em definitivo, o domínio da agricultura na economia brasileira teria sido afastado. O desenvolvimentismo que contou com um planejamento da economia, com um ideal progressista, estava longe de instaurar uma verdadeira democratização e mobilização sócio-cultural no interior da sociedade. É verdade, diriam os trotskistas, que tal situação alterava a realidade social, mas logo o desenvolvimentismo se esgota, fundamentalmente, no que tange à construção de um poderoso mercado interno. A burguesia brasileira com profundas relações com o imperialismo, sob a égide de um Estado que fomentava esse capitalismo nas suas duas pontas: produção e consumo; delineava-se menos dependente de um consumo das massas, e mais ávida de alguns bens duráveis oferecidos pela produção externa que logo se instalaria no país. Mais uma vez, era nesse mercado externo onde ela realizava os seus lucros e consumia alguns produtos que a diferenciava enquanto classe

dirigente. O que também explica uma política econômica que incentiva e oferece todas as condições de infra-estrutura para a indústria pesada e às exportações de produtos primários.

A economia capitalista do Brasil traduziu essa nova situação, com um processo de concentração de renda, com perdas no poder de compra do salário mínimo etc., o que só agravou ainda mais a condição operária.

Na crítica do POR esgotava no Brasil de JK todas as chances de um modelo nacionalista de desenvolvimento, dado o apego ao capital externo no fomento dessa economia. Daí, também, a necessidade da parte dos partidos revolucionários a construção de uma frente antiimperialista para desmascarar supostas práticas nacionalistas, que ungiam massas trabalhadoras e líderes sindicais pelegos. Resumindo: o repúdio do Partido Operário Revolucionário à Frente Nacionalista, construída como frente parlamentar em 1956, que contava com parlamentares da UDN, da esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), organizações da sociedade civil, mas que tinha também o PCB como um dos seus protagonistas.

Já nos estertores dos anos cinquenta, surge a Liga Socialista Independente em São Paulo e no Rio de Janeiro. E nas considerações de Michel Löwy³⁸ — um dos seus integrantes —, a organização contou com um Hermínio Sacchetta bastante desiludido com o velho bolchevismo. No interior da Liga situavam-se pessoas que vinham do movimento socialista, como Paul Singer; que eram muito próximas a Sacchetta, como Maurício Tragtenberg, Alberto da Rocha Barros (filho), Moniz Bandeira, então sobrinho de um conhecido trotskista do Rio de Janeiro, Edmundo Moniz, os irmãos Sader etc. A Liga publicou suas reflexões e críticas num jornal que se intitulou de *Ação Socialista*.

Michel Löwy fala de uma Liga enquanto organização luxemburguista, que criticava a forma de organização revolucionária leniniana inscrita no célebre *Que Fazer?*, e com ênfase na substituição constante dos secretários vedados à reeleição para os mesmos cargos. Nela,

Sacchetta formulava uma orientação política que ia categoricamente a contrapelo dos lugares comuns da esquerda

³⁸ LÖWY, M. Testemunho. In: SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p. 81.

brasileira desta época. Recusando o populismo, o nacionalismo, a ideologia do desenvolvimento e a política das reformas, ele insistia obstinadamente na necessidade de uma orientação classista, internacionalista, socialista-revolucionária. O inimigo era o capitalismo nas suas duas versões: a sociedade burguesa ocidental e o capitalismo de Estado soviético. Seus editoriais no Ação Socialista, redigidos num estilo inconfundível — com muitos adjetivos raros e substantivos pouco usados — denunciavam as várias facetas da política das classes dominantes (e seus porta-vozes no movimento operário).³⁹

Mas se a crítica ao centralismo democrático reforçava um certo luxemburguismo (ou quem sabe um Trotsky das *Nossas Tarefas*), as apreensões do capitalismo no Brasil não deixavam de denunciar um trotskismo na base da organização, metamorfoseando, destarte, duas concepções que se deparavam, em alguns pontos, com sérios problemas. O capitalismo que se desenvolveu mais tarde no Brasil, combinava situações econômicas desiguais em seu território com reflexos nas organizações políticas e partidárias da burguesia. Falando sobre o quadro eleitoral para a escolha do novo presidente da República, estabelecido entre Jânio Quadros e o Marechal Lott, Sacchetta vai afirmar:

Certo, essa distribuição de forças entre os dois candidatos não deve ser levada a rigor, mas em termos de aproximação, dada a fluidez dos partidos, que exprimem, em vez de unidades ideológicas nacionais, um conglomerado de interesses regionais, dado o desenvolvimento desigual das várias regiões brasileiras. Se o PSD, em conjunto, pode ser considerado expressão do industrialismo, incorpora, contudo, 'coronéis' latifundiários das áreas econômicas mais atrasadas. De sua parte, a UDN, além dos potentados do latifúndio cafeeiro e cacauero, abarca restritos setores da indústria. Não se apresenta menos 'impuro' o PTB. Haja vista seu 'líder' Jango, um dos maiores proprietários de terras do Brasil. Essas considerações são, de igual modo, válidas para os pequenos partidos, exceção feita do PCB. De toda maneira, a polarização 'ideológica' dos candidatos apontados

³⁹ Ibid., p. 82.

*verificar-se-á em torno do pretensão nacional-reformismo de Lott e do agrarismo conservador antiestatista de Jânio Quadros.*⁴⁰

O reconhecimento do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil, quando expandido para os seus imbricamentos com o imperialismo monopolista não foi conduzido para uma compreensão paroxística do esgotamento dos mercados, como deveria requerer uma anotação luxemburguista da Liga Socialista Independente. É verdade que para Rosa Luxemburg, no seu *A Acumulação do Capital*, as formas pretéritas de produção são importantes para o capitalismo desenvolvido:

*Percebemos, não obstante, que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não-capitalistas. Essa relação não se esgota pela mera questão do mercado para o 'produto excedente', que era a forma como colocavam o problema Sismondi e os posteriores críticos céticos da acumulação capitalista. O processo da acumulação de capital está ligado por suas relações de valor e materiais: ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia e a formas de produção não capitalistas. As últimas formam o meio histórico dado daquele processo.*⁴¹

Para Rosa Luxemburg, a existência de mercados externos e internos seria decisiva ao processo de realização da mais-valia, com efeito, afirmava ela, somente a disposição de um setor não capitalista ou proletário poderia construir um agente executor desse momento do processo capitalista. A sua averiguação partia de uma suposta contradição entre os Livro II e Livro III de *O Capital*, de Marx, que impediria a explicação do movimento de reprodução do capital.

Ora, mas para Trotsky (assim como para Lênin), as formas pretéritas de produção articulam-se de uma forma com o capitalismo desenvolvido. A concepção do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista não coloca maior

⁴⁰ NEM LOTT, em Jânio: por uma política de classe. In: SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992. p. 109. (Publicado originalmente em *Ação Socialista*, São Paulo, n. 3, 1959.)

⁴¹ LUXEBURG, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 314.

ênfase no mercado, mas na sua produção, e o chamado “consumo produtivo” é condição necessária para a realização da mais-valia. Assim, não existiria contradição na obra de Marx, pois, a diferença que pode ser notada tem a ver com a perspectiva abstrata do Livro II contra a dimensão histórica do Livro III. Destarte, o capitalismo monopolista, ao encontrar-se com a produção pré-capitalista, imediatamente a submete, redefinindo suas premissas sob o império da sua lógica de produção. O desenvolvimento desigual e combinado produz e é produzido por uma intrincada rede de relações centralizadas no capital financeiro.⁴²

A Liga Socialista Independente dava continuidade ao trotskismo no Brasil, ao entender que a burguesia industrial que se combinava com a agrária sob as determinações de uma financeira e internacional, necessitava de um Estado na reprodução do seu capital, e de um bonapartismo, sobretudo, frente aos momentos sociais, políticos, mais graves, para frear os movimentos mais radicais do proletariado. Dizia Sacchetta, ainda no *Ação Socialista*:

*A cantilena colaboracionista está, porém, se desmoralizando rapidamente, como se vê pelos quebra-quebras e manifestações de protesto em todo o país. Esta a razão por que, face à bancarrota do governo Juscelino, os partidos ‘centristas’ buscam unir-se contra o povo, para melhor contê-lo, de sua parte os nacionais-reformistas-stalinistas, paisanos ou militares, estimulam um golpe bonapartista do general Lott.*⁴³

A sociedade burguesa com o seu Estado constitucional representativo no Brasil não teriam criado um ambiente democrático-burguês devido a uma estrutura econômica marcada pelo domínio da grande propriedade no campo, com os seus milhares de trabalhadores assalariados em condições miseráveis, ao predomínio da grande indústria e do alto comércio nos centros urbanos, que monopolizavam o controle dos meios de produção, a produção e a distribuição dos produtos no mercado, gerando um consumo para poucos. Assim, para a Liga Socialista Independente eram compreensíveis as dificuldades que surgiam

⁴² FERREIRA, 1999, p. 210.

⁴³ SACCHETTA, 1992, p. 106.

na realização de um trabalho de conscientização revolucionária dos trabalhadores. O quadro de repressão e de manipulação dos sindicatos imposto pela burguesia brasileira, era o tom dos acordos dissonantes da vida política nacional, fazendo os períodos de ditadura mais longos e a democracia liberal-burguesa uma companheira fortuita da sociedade civil.

Comentando ainda sobre as eleições de Lott ou Jânio, em defesa de uma política de classe, Sacchetta assinala:

A gravidade disso, para as rudimentares instituições democráticas brasileiras e, sobretudo, para os trabalhadores, repousa em que, eleito presidente, qualquer dos dois tenderá a evoluir para o bonapartismo, isto é, para o poder unipessoal, supostamente acima das classes. E as presentes e catastróficas condições econômico-financeiras do Brasil, que prometem agravar-se, ao extremo, no decurso deste ano, conforme os próprios economistas burgueses, propiciarão, com as greves e lutas de massas em ritmo ascendente, o clima para tentativas de ditadura, facilitada pela origem híbrida e formação mental de ambos os candidatos. Se é que um dos candidatos chegue mesmo a tornar-se presidente, hipótese insegura, face ao descabro da situação econômico-financeira e por força dos dois blocos eleitorais em presença, ambos de cunho inelutavelmente demagógico.⁴⁴

Tais observações não faziam da Liga, proprietária da noção de conquista da legalidade burguesa pelo proletariado revolucionário através da redundantemente mencionada pela esquerda comunista Revolução Democrática.

Longe estão os socialistas marxistas de 'amar a legalidade burguesa. Mas de modo nenhum desejam vê-la substituída por uma DITADURA BURGUESA, civil ou militar, que apenas poderá trazer para o proletariado e as massas populares maior miséria e mais dura opressão. Ao contrário, o que reclamam os socialistas marxistas, que não crêem absolutamente na burguesia e, menos ainda, em um ditador 'iluminado' é, antes, a ampliação em seus limites máximos, das atuais instituições democráticas.⁴⁵

⁴⁴ Ibid., p. 110.

⁴⁵ FRENTE única burguesa e golpe bonapartista. In: SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992. p. 106. Grifo do autor. (Publicado originalmente em *Ação Socialista*, São Paulo, n. 1, dez. 1958.)

Certos de que as instituições democráticas poderiam aparecer no meio do caminho, mas que no ponto absoluto é que vibram os materiais, os militantes da Liga defenderão uma frente-única das organizações operárias políticas e sindicais como condição à democracia operária. Para a Liga, esta última era a própria essência do ideário socialista.⁴⁶

A VISÃO TROTSKISTA FORA DAS ORGANIZAÇÕES

Quiçá o melhor do trotskismo no Brasil não tenha sido propiciado por um dos mais brilhantes intelectuais brasileiros, Mário Pedrosa, nas análises contidas em seu *A Opção Brasileira*. Livro só publicado nos anos sessenta, e que se complementa com o volume *A Opção Imperialista*, impressiona por abordar problemas atualíssimos do capitalismo brasileiro, não pelo fato do autor se escapar da realidade do seu tempo, mas por esta teimar em reiterá-los.

Depois de um desenvolvimento pautado pela substituição de importados, sem, é verdade, quaisquer planejamentos entre o social e o econômico, a realidade brasileira se vê enovelada numa espécie de epinastia do comércio exterior e do capital estrangeiro. As relações do Estado passam por uma pressão do capital financeiro que visa uma desregulamentação do sistema, mas que não subtrai do poder público a necessidade de pesados investimentos em infra-estrutura.

‘O Governo deveria intervir o menos possível.’ Tornou-se a palavra de ordem mais sentida do empresariado brasileiro em todos os setores dos homens de negócio do Brasil, sem distinção de ramos dos banqueiros aos comerciantes, dos industriais aos financiadores. Pague os credores, invista nos setores da infra-estrutura conforme prometido, liberte os depósitos compulsórios aos bancos, largue o mercado de capitais, é o que liberalmente querem todos eles do governo.⁴⁷

Sem conseguir uma queda da inflação mesmo derrubando os salários, retendo créditos, instaurando uma profunda recessão,

⁴⁶ TRAGTENBERG, M. Hermínio Sacchetta, uma perda de todos. In: SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992. p. 160.

⁴⁷ PEDROSA, M. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 6.

o governo brasileiro se vê decidido em interferir no mercado de capitais para subsidiar os tomadores de dinheiro. Todavia, entrega o mercado de capitais às maiores empresas de capitalização e investimento, provocando uma maior concentração do poder financeiro, e fomenta a participação dos grandes grupos estrangeiros.

Essa política econômica que se dimensiona no governo de Jânio Quadros sofre alterações no breve período de Jango Goulart, ganha um impulso definitivo com a ditadura militar.

A política oficial acabou na sua luta ingrata contra a inflação e pela estabilização monetária, por submeter empresários, banqueiros e manipuladores de capitais brasileiros à seguinte alternativa: contenham preços, disciplinem lucros, canalizem recursos, obedeçam aos contingenciamentos inevitáveis, cortem salários, racionalizem as atividades, obtenham a 'produtividade' seja lá como for, sob pena de desaparecer para deixar o campo livre aos monopólios e trustes estrangeiros poderosamente armados e ricos, principalmente controlados pelas grandes corporações americanas.⁴⁸

Algo parecia dizer, que ao capitalismo brasileiro sua burguesia seria, em grande medida, dispensável:

A razão profunda dessa atitude é que não somente insinua como favorece as condições para que aquele menosprezo se justifique: a classe empresarial brasileira atual não é indispensável no processo, porque poderá ser substituída nos setores fundamentais do sistema econômico por outros grupos mais poderosos e mais eficientes, em capitais e em organização, ainda que alienígenas.⁴⁹

O capitalismo brasileiro, que requeria um Estado bonapartista com a representação que lhe é própria, ou seja, de um poder político acima das classes sociais, para melhor intervir na economia a favor do grande capital em detrimento da classe operária, vinha para dizer que aqui não haveria espaços para uma economia de livre mercado, embora sua ideologia pudesse se manter no interior de alguns setores da burguesia.

⁴⁸ Ibid., p. 16. Ver também: PEDROSA, M. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 133-134.

⁴⁹ Ibid., p. 26.

Com efeito, em meio a desserviços e orientação antibrasileira, nos vai deixar uma idéia luminosa e inapagável: o desenvolvimento brasileiro não se fará pela economia de mercado, pedindo inexoravelmente uma economia pelo menos mista, de plano. Sobre esta idéia as próximas formações políticas, que vão surgir depois da noite ditatorial, terão de se debruçar. O Governo do marechal Castelo Branco, se veio para 'salvar' a livre empresa e uma política liberal em todos os domínios, sairá como aquele que fez a demonstração prática, talvez final, de que o desenvolvimento capitalista automático e autopropulsor neste País é impraticável.⁵⁰

Para Mário Pedrosa, a estrutura social que se constituiu numa economia capitalista que negava o mercado para se reiterar produziu, em consequência, uma especificidade na combinação classe dominante/aparato de força estatal que dispensou mediações no exercício da política tanto interna, quanto, sobretudo, externa. Mais do que uma defesa da ordem pública, para posteriormente se proteger o capital, aqui, no Brasil, a proteção dos grandes interesses capitalistas se colocava imediatamente, no manuseio dos instrumentos de repressão do Estado. Refletindo no limite, uma política mais ampla, e que se condicionava no domínio do imperialismo norte-americano.

As classes dominantes do Brasil e, com elas, parte significativa das suas Forças Armadas já não se move senão com a consciência plena de que se movem dentro de um contexto político maior, fora do qual não se arriscam. Esse contexto é a área política imperial delimitada pelos Estados Unidos.⁵¹

Uma política que arrisca realizar simultaneamente seu plano interno/externo, no impedimento de quaisquer nacionalizações de capitais estrangeiros, observando para tanto um outro conceito de soberania. Não mais delimitada num território, com sua economia, política, cultura, instituições sociais

⁵⁰ Ibid., p. 27-28.

⁵¹ Ibid., p. 55. Essa análise desdobra-se nas observações de PEDROSA sobre a economia e a política, seus novos imbricamentos no plano internacional, Cf. PEDROSA, M. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 310.

etc., considerada obsoleta pelo governo brasileiro, mas compreendida na existência de um sistema político-social comum, que se legitimava desde do início na “guerra fria”. Nessa concepção de “soberania” se encaixavam o conceito de “agressão interna”, a proibição pela Organização dos Estados Americanos da legalização dos partidos comunistas em todos países do Continente, a idéia de “fronteira ideológica” etc.

Diante dessas bruscas passagens da economia e da política no Brasil — sem perder de vista as especificidades delas e entre elas — Pedrosa faz um balanço onde se procura a exata medida do chamado entreguismo e do suposto nacionalismo da burguesia.

*A fenda que se abria com a renúncia [de Jânio Quadros] era a fenda na continuidade do ‘desenvolvimento’ ‘à la’ JK da chamada burguesia progressista industrialista. ‘JK tinha dela’, dizia eu ainda em agosto de 1959 [Jornal do Brasil], ‘as qualidades e os defeitos. Daí ser ao mesmo tempo entreguista e nacionalista, tinha dela o dinamismo característico, mas também a incoerência de atitudes, resultado de uma posição contraditória. O grupo burguês desenvolvimentista é nacionalista na justa medida, isto é, até o ponto em que seus interesses colidem com os dos grandes trustes e interesses industriais e financeiros estrangeiros. Mas nem sempre há colisão. E, por outro lado, tem consciência de que laços indissolúveis o prendem àquele grupo. Sua briga com eles é, no fundo, uma briga em família. Exigir, pois, dos nossos burgueses progressistas nacionalistas que rompam com os irmãos fazendeiros, os exportadores e os ‘entreguistas’ e venham para a rua arrastar o povo todo numa luta frontal e radical com aqueles é exigir que façam o haraquiri, que se destruam em benefício de grupos radicais de pequenos burgueses ou de coisa ainda mais grave’.*⁵²

Com o desenvolvimentismo, a burguesia realiza uma aliança tácita com as classes médias dos centros urbanos, até certo ponto com o próprio proletariado, na medida em que ela o faz redefinidor de um mercado de consumo mais integrador das classes e segmentos sociais.

⁵² Ibid., p. 150.

A ideologia do desenvolvimento teve por finalidade essencial alimentar o otimismo das classes médias urbanas e por contágio as massas proletárias urbanas, a fim de que juntas — na base de uma elevação de níveis de consumo então verificada — e não separadas, como é freqüente no processo ascendente de acumulação capitalista, em virtude da disputa concorrencial pela apropriação de parte da renda nacional, fornecessem os apoios necessários às operações do Poder político, no sentido de conservar ou preservar contra pressões externas o processo de acumulação nacional em marcha.⁵³

Talvez esse envolvimento das classes médias no projeto da burguesia, provocado pelo desenvolvimentismo nos anos JK, seja o fundamento do conservadorismo das mesmas em anos posteriores, trazendo muitos problemas para a construção e a conscientização de um projeto político comprometido com as transformações sociais mais radicais. *Os quadros da linha de frente da contra-revolução no meio urbano vinham das classes médias e pequeno-burguesas; enquanto que no interior eram formados de jagunços armados, a soldo dos grandes proprietários.⁵⁴*

A esse fundamento acima se soma outro, agora mais no plano de uma psicologia social das classes médias e pequena-burguesia, soldada no consumismo que reiterava um isolamento que estava na condição das mesmas, enquanto realizadoras do capital em processo.

O que move a grande massa da classe média e pequeno-burguesa não é nenhuma motivação política, mas, ao contrário, tudo o que nela está fora da política, o que na estrutura de sua vida social é íntimo e não público, é privado e não político. A pequena burguesia se inflama por dentro. Ela tem medo do comunismo, passa a odiar os que são apontados como o promovendo. Criado o bode expiatório, ela sacia seu medo, seu desespero num extremo radicalismo, que nada mais tem de político, mas de psíquico.⁵⁵

Entretanto, o psiquismo das classes médias atingiu sua plenitude sob uma intensa pressão psicológica de valores e idéias

⁵³ Ibid., p. 170-171.

⁵⁴ Ibid., p. 130.

⁵⁵ Ibid., p. 118.

anticomunistas que prometiam preservar essas classes das ameaças de desaparecimento das suas instituições, caso se precipitasse uma revolução social.

A classe média brasileira foi submetida a um processo de hipnose que a arrastava a um anticomunismo irracional e fanatizado. Era a chamada guerra psicossocial desencadeada aqui por setores estratégicos das Forças Armadas e, certamente, por instrutores do Pentágono para cá mandados.⁵⁶

É verdade, também, que a primeira fissura entre classes médias, pequena-burguesia e proletariado deu-se um pouco antes da guerra psicossocial tomar corpo. Isto porque,

Os capitalistas transferiam os aumentos aos consumidores médios que iam ter nessas transferências a razão para seu radicalismo e seu ódio às classes trabalhadoras e seus sindicatos. Esses efeitos, porém, não se fizeram sentir imediatamente. Ao contrário, foram sendo acumulados ao longo dos anos para explodir irracionalmente quando a inflação tomava um caráter galopante.⁵⁷

Tratava-se, pois, de uma análise das classes sociais em alguns momentos do movimento do capital, que punha e recompunha forças sociais, mas que a qualquer momento poderia precipitar um afastamento mais radical entre classes médias e o proletariado. *A demonstração vinha evidenciar um fenômeno extremamente importante na avaliação da situação: a separação nítida entre a massa das classes médias, sobretudo as camadas menos proletarizadas e a massa proletária plebéia, incluindo nela a maioria dos assalariados.⁵⁸* O que poderia dizer muita coisa, já que se vivia um tempo de revolução. Todavia, para Pedrosa, esta não poderia ser criada artificialmente, até porque *revolução não se prescreve, não se ordena, não se marca, não se precipita, não se inventa.⁵⁹* A revolução precede a guerra revolucionária e, assim, determina e condiciona o conjunto das forças sociais necessário para o processo de

⁵⁶ Ibid., p. 120.

⁵⁷ Ibid., p. 171.

⁵⁸ Ibid., p. 134

⁵⁹ Ibid., p. 83.

transformação social. Daí ser a revolução que *chama a 'guerra revolucionária'*; *jamais esta produzindo aquela*.⁶⁰

Depois de alguns anos, praticamente na década dos sessenta, o capitalismo que um pouco lentamente abandona a substituição de importações se encaminha para uma enorme dependência do capital externo. Esse quadro realizará um Estado bonapartista *sui generis* no Brasil. De um lado, porque não concretiza a representação de atuar acima das classes sociais, a suposta integração social anterior já se dissipara e não fora recuperada no período posterior devido a um processo acelerado de concentração de renda — ver o surto inflacionário etc. —, do outro, colocam-se as relações mais afinadas entre Estado e a burguesia internacional, fundamentalmente, a norte-americana.

*Assim, a primeira característica do novo governo ditatorial militar bonapartista foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas, o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil, após a derrocada. A burguesia capitalista nacional passaria a ser no sistema um fator não autônomo, mas um fator subordinado. Até hoje não se havia visto bonapartismo apoiado em forças externas, não nacionais. Em geral ele tem sido a expressão política mais sensível do equilíbrio de forças das classes sociais em choque, internamente.*⁶¹

A rigor, o Estado ditatorial e militarizado, se serviu para realizar um “jacobinismo” de pé trocado, um jacobinismo regressivo, tipo fascista, para quebrar o ímpeto das massas rurais e urbanas com os seus sindicatos, organizações políticas etc., e favorecer o grande capital, por sua vez isolou-se das classes médias, e até porque não dizer de certos setores do capital produtivo interno. *Agora se pode perceber que uma das fraquezas do bonapartismo do marechal Castelo é que muito cedo perdeu o apoio das classes dirigentes e das classes médias.*⁶² Finalmente, esse processo teria conduzido a uma burocratização da política institucional, que incapacitava, ainda mais, o Estado para romper esse isolamento frente às classes.

⁶⁰ Ibid., p. 93.

⁶¹ Ibid., p. 188-189.

⁶² Ibid., p. 188.

Se esse Estado não estimulava uma “nacionalização” dos capitais externos — automóveis, eletricidade, máquinas, produtos químicos e farmacêuticos, plásticos, cigarros, etc, — era porque não podia. Afinal, uma burguesia industrial / rural havia compartilhado com o capital financeiro externo, em várias décadas, a construção deste capitalismo tardio no Brasil, sob o domínio do imperialismo monopolista, e agora se via na orientação econômica de uma ortodoxia imposta por órgãos da finança internacional — Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento etc. Destarte:

O que então já se acusava e agora se confirma é que uma política de intensa substituição de importações em vias de esgotamento e de corajosa sustentação pelo Estado no plano dos investimentos estruturais não levaria, ao cabo do processo (se o mesmo pudesse ou fosse conduzido, por trancos e barrancos, até o fim), a uma economia capitalista nacional de livre empresa.⁶³

Portanto, o capitalismo no Brasil nunca foi nacional, uma condição que costura suas principais características, suas mediações mais fundamentais, enfim, sua contradição em processo.

DESEFECHO

O maior legado do trotskismo no Brasil foi ter oferecido à esquerda marxiana um outro curso de entendimento da realidade social. Não mais fundado na compreensão de uma feudalidade (o que o aproxima de Caio Prado Jr.), não pautado numa visão de realidade colonial, semicolonial, que impediam o enfrentamento com as especificidades próprias de um capitalismo nas franjas do imperialismo monopolista, mas, nem por isso, dele desconectado, imune ao contraditório processo de avanço / obstáculo. O que também o levou a compreender os limites de um capitalismo nacional, com uma estrutura de classes sociais, onde metamorfoses em processo obstaculizavam a constituição de identidades no

⁶³ Ibid., p. 200.

interior das forças sociais. Com suas instituições burguesas, que mal surgiam e logo ali davam lugar a discrepâncias que, efetivamente, negavam as condições básicas à democracia-liberal, e seu conjunto de direitos que formula a cidadania.

O capitalismo brasileiro assim entendido, na opinião dos trotskistas, não comportava uma revolução democrática. Menos ainda, uma revolução democrática no paradigma leniniano, por carência na realidade social brasileira das forças sociais necessárias. Mas se caso essa se realizasse, com certeza se determinaria no âmbito da socialista, o que imediatamente suprimiria sua fase⁶⁴, criando novas condições ao proletariado revolucionário.

Difícil imaginar que a burguesia e alguns setores das classes médias no Brasil pudessem se comprometer com transformações que viessem liberar forças sociais mais inovadoras e radicais, ainda que essa burguesia fosse composta pelo setor industrial, e as classes médias pelos intelectuais e oficiais de baixa patente, como o PCB chegou a desejar em décadas passadas.

Mas, é preciso que se diga, os trotskistas não conseguiram aprofundar suas discussões sobre a inexistência do campesinato na estrutura agrária brasileira, não indo além de constatações iniciais que poderiam ser de grande valia em formulações futuras. Não detalharam a diversidade do proletariado nos centros urbanos, tão necessária para se pensar as formas de organização e conscientização, e suas relações com os semiproletários e a pequena-burguesia. Para não mencionar uma carência no entendimento das relações com a cultura e as classes sociais.

Pode-se afirmar, com alguma correção, que a presença da crítica trotskista na realidade brasileira cumpriu com muita propriedade a tarefa de salientar a existência de uma alternativa dentro do marxismo, que, ao negar o stalinismo e seus efeitos, denotou esforços na construção da credibilidade ao movimento revolucionário da classe trabalhadora assalariada. O que não deixa de ser uma busca da crítica marxiana atual.⁶⁵

⁶⁴ MUNIZ, E. *A originalidade das revoluções*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 254.

⁶⁵ BEAUDRY, L.; DEBLOCK, C.; GISLAIN, J. J. *Un siècle de marxisme*. Québec: Presses de L'Université du Québec, 1990. p. 36.

BRAZIL OF TROTSKY'S MARXISM (1930-1960)

ABSTRACT

In speaking about Marxist left wing in Brazil, one cannot ignore the presence of Trotskyites making up one of the most critical segments. If such distinction does not nullify the inefficacy of their organizations inside the laborer's movement, it presents a profitable contribution to the knowledge of the social reality in Brazil. It is about that, in a historical period of three decades, that the focus specificity in the criticism to the process of capitalism and the Brazilian social formation of the Trotskyite political organizations is noted here.

KEYWORDS

Trotsky's marxist party; Communist party of Brazil; Social revolution; Brazilian capitalism

Rumo á IV Internacional!

A Decomposição do Stalinismo
e da Social-Democracia e a
Recomposição do Movimento
Revolucionário Internacional.

Edições
LUTA DE CLASSE
São Paulo
1934

Publicação dos trotskistas brasileiros anunciando o início da constituição da 4ª Internacional. (Capa. Coleção particular de Dainis Karepovs.)